

PARECER JURÍDICO

Procedimento Administrativo Licitatório nº: 040/2023

Interessado: **Comissão Permanente de Licitação.**

Pregoeira: **Maria Eliene Teixeira Barbosa.**

Empresas Participantes: **EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 71.505.564/0001-24, **OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A**, inscrita no CNPJ nº 83.802.215/0001-53, **F CARDOSO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.949.905/0001-63, **SILVA E DELGADO LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 08.393.709/0001-06, **NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.048.534/0001-01, **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 20.371.330/0001-09, **CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 18.258.209/0001-15, **PRODENT ODONTO MÉDICO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.129.569/0001-94, **ET MARQUES EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ nº 08.691.632/0001-50, **DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.240.632/0001-16, **ODONTOSUL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.971.211/0001-22, **A MEDICAL MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.692.942/0001-05, **BRUMED COMERCIO ATACADISTA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 31.770.650/0001-40, **DIMORVAN DAVI MENEGUSSO**, inscrita no CNPJ nº 07.065.479/0001-93, **J.RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 84.972.926/0001-39, **FATO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE INSTRUMENTOS CIRURGICOS**, inscrita no CNPJ nº 26.043.097/0001-03, **A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 38.084.429/0001-87, **AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 37.556.213/0001-04, **ANCORA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 96.317.508/0001-97, **KANIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.836.567/0001-80, **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 33.583.026/0001-69, **DIAMANTECH DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.140.711/0001-88, **VRM IMPORT LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.157.605/0001-29, **PRIMEMED EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.218.314/0001-66, **NEGI EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 37.182.085/0001-86, **A A OLIVEIRA CRUZ SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.226.829/0001-45, **CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.719.523/0001-34.

Assunto: **Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para o Fornecimento de Equipamentos Odontológico, Instrumento Odontológico, Insumos e Medicamentos Odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Viseu/PA.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO NA MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, INSTRUMENTO ODONTOLÓGICO, INSUMOS E MEDICAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA. TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. EXAME PRÉVIA. MINUTA DO EDITAL E DE CONTRATO. LEI Nº 10.520/2002 E LEI Nº 8.666/93.

I – Licitação modalidade pregão eletrônico, sistema de registro de preços para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Equipamentos Odontológico, Instrumento Odontológico, Insumos e Medicamentos Odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Viseu/PA.

II – Fase interna. Minuta de contrato e de edital. Legalidade e Possibilidade. Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº

10.024/2019. Existência de Parecer Jurídico favorável ao prosseguimento do certame. Possibilidade.

III – Fase Externa. Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

01. RELATÓRIO

1. Por despacho da Comissão Permanente de Licitação, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise da fase externa do Pregão Eletrônico nº 021/2023- SRP, cujo objeto é o sistema de registro de preços para a Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de Equipamentos Odontológico, Instrumento Odontológico, Insumos e Medicamentos Odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Viseu/PA.

2. Em estrita observância aos preceitos legais, observa-se que a fase interna do certame observou a forma dos atos essenciais ao prosseguimento do feito, conforme Parecer Jurídico existente nas folhas 157 a 165 que entendeu pela regularidade da fase interna do processo administrativo.

3. Desta feita, passa-se a analisar a fase externa, numeradas a partir da folha 166, tendo a publicação do Edital e seus anexos – Fls. 167 a 222.

4. A Publicação do aviso de licitação do Pregão Eletrônico foi realizada no dia 07 de junho de 2023 no Diário Oficial da União, nº 108, seção 3, página 268, e no dia 07 de junho de 2023 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, nº 3262, página 116, conforme fls. 224 e 225, respectivamente.

5. Ato contínuo foi emitido relatório de Propostas Registradas às folhas 227 a 567.

6. Seguindo a ordem documental do processo, nota-se que foram acostados os documentos de habilitação das empresas **CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, ODONTOSUL LTDA, AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, BRUMED COMERCIO ATACADISTA E MANUTENÇÃO DE QUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, VRM IMPORT LTDA, J RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA, PRIMED EQUIPAMENTOS LTDA, DIAMANTECH DISTRIBUIDORA LTDA, NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA, DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HISPITALARES LTDA, SILVA E DELGADO COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CONEXÃO 5 DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA (ÂNCORA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA), E T MARQUES LTDA, FATO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE INSTRUMENTOS CIRURGICOS LTDA, PRODENT ODONTO MEDICO LTDA, A C COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA**, fls. 568 a 2.552.

7. Em análise da Ata Final, constante às fls. 2.553 a 3.738, observou-se que a ordem dos atos previstos no Decreto nº 10.024/2019 foram devidamente observados, quais sejam, envio apresentação das propostas e documentos de habilitação, abertura da sessão e envio de lances, negociação e julgamento das propostas para então, seguir à análise dos documentos de habilitação acostados pelas empresas licitantes.

8. Observa-se que as propostas foram analisadas sendo em seguida iniciadas a fase de Lances e posteriormente a abertura do processo.

9. Por fim, a sessão foi finalizada no dia 04/07/2023, sendo declaradas habilitadas e vencedoras para os diversos itens licitados, as seguintes empresas **AHCOR COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 37.556.213/001-04, **DIAMANTECH**

DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.140.711/0001-88, **ET MARQUES EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ nº 08.691.632/0001-50, **NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.048.534/0001-01, **ODONTOSUL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.971.211/0001-22, **PRIMED EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.218.314/0001-66, **PRODENT ODONTO MÉDICO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.129.569/0001-94, **SILVA E DELGADO LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 08.393.709/0001-06.

10. Após isto, vieram os autos para esta Procuradoria Jurídica, para análise.
11. É o relatório.

02. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

12. Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

13. O art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93 prevê que o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com “pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade”. O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

14. A necessidade de análise jurídica nos procedimentos administrativos licitatórios está prevista ainda nas Resoluções nº 11.535/2014 e nº 11.832/2015, alteradas pelas Resoluções nº 29/2017 e nº 43/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

03. FUNDAMENTAÇÃO.

15. Como sabido, o procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para o fornecimento de produtos e serviços, bem como a realização de obras. A Lei Federal n. 8.666/1993 – ao trazer as normas gerais sobre o tema – tem como núcleo normativo a norma contida no art. 3º, que reafirma a necessidade e a importância da realização do procedimento licitatório para a proteção e garantia da Administração Pública. Vide:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

16. A norma contida neste artigo demonstra que o procedimento licitatório não se trata de mera sucessão de atos administrativos, mas que é necessário coaduná-lo aos princípios da norma geral (Lei Federal nº. 8666/93). Em suma, a licitação é um procedimento orientado para o atingimento de certos fins, entre os quais a seleção da(s) melhor(es) propostas.

17. Entre esses fins, a busca pela proposta mais vantajosa é essencial para que o Poder Público explore de maneira mais eficiente seus recursos econômicos. Marçal Justen Filho, ao falar sobre proposta mais vantajosa, aduz que esta é obtida através da conjugação de dois aspectos inter-

relacionados: o dever da Administração Pública em obter a prestação menos onerosa e o particular em ofertar a melhor e a mais completa prestação.

18. A Constituição Federal determina em seu art. 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de as contratações de obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serem precedidas de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação. Assim, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a lei nº 8.666/93, que versa sobre as normas atinentes aos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública.

19. Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

20. Como regra a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

“Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

“Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”

21. Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos: o primeiro é estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

22. Desse modo, sagra-se um tratamento igualitário entre os interessados em contratar (respeito ao princípio da impessoalidade, isonomia e moralidade pública), e para se alcançar a proposta mais vantajosa.

23. A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.

24. Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. É assim que se observa que se coíbe que os agentes públicos venham a impor interesses pessoais, o que acarretaria prejuízo para a sociedade em geral.

25. Cumpre destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de observância da legalidade dos atos administrativos que precedem a solicitação do parecer jurídico, para aferição de consonância dos atos praticados com o regramento vigente.

03.1 DA FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO.

26. Primeiramente cumpre salientar que no processo em comento a análise do presente é restrita aos parâmetros determinados pelas legislações atinentes à temática, quais sejam a Lei nº 8666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto 7.892/13 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 8.250/14 e Decreto Municipal nº 036/2020.

27. No tocante ao cumprimento do disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002 e da Lei nº 8.666/93, observa-se que após a publicação do edital foi respeitado o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do aviso de publicação do edital até a realização da sessão pública, para análise julgamento das propostas.

28. Em análise das atas presentes aos autos, verifica-se que bem ora extensas, os procedimentos transcorreram dentro da normalidade, com participação ativa das empresas, o que evidencia êxito na concorrência e na publicidade dos atos e atendimento aos princípios licitatórios, o que satisfaz os interesses da administração pública para a obtenção da proposta mais vantajosa.

29. Portanto, verifica-se que os procedimentos transcorreram dentro da normalidade, assim como o registro da proposta, apresentação de documentos de aceitabilidade de proposta, abertura da fase de disputa de lances, com a declaração de vencedor nos itens licitados, bem como o envio e análise de documentos de habilitação pela pregoeira e ainda a concessão de prazo para eventuais recursos.

30. Tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c artigos 27 ao 43 do Decreto 10.024/2019 e art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993, cabe ao pregoeiro conduzir o certame e analisar os documentos encaminhados pelas licitantes deixa-se de analisar os respectivos documentos apresentados pelas empresas participantes, que constam devidamente analisados e rubricadas pela pregoeira **Maria Eliene Teixeira Barbosa** pelo que, entende-se o cumprimento do Art. 17 do Decreto 10.024/2019, senão vejamos:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

31. Desta feita, sabe-se que a licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem esquecer de observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiente, visando a garantia do interesse público, o que entende-se atendida na conformidade do que fora analisado no presente parecer, sagrando-se vencedoras do presente certame as empresas: **AHCOR COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, DIAMANTECH DISTRIBUIDORA LTDA, ET MARQUES EIRELI – ME, NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, ODONTOSUL LTDA, PRIMED EQUIPAMENTOS LTDA, PRODENT ODONTO MÉDICO LTDA, SILVA E DELGADO LTDA ME**, pois cumpriram todos os requisitos editalícios, oferecendo os melhores preços, conforme valores constantes tanto nas atas quanto nas propostas referidas nos autos.

32. No mais, verifica-se do inteiro teor da Ata da sessão, que os atos praticados não possuem vício formal ou material cuja relevância comprometa a regularidade jurídica do certame, estando todos os atos praticados devidamente motivados oportunamente pelos agentes responsáveis pela condução do procedimento concorrencial.

33. Ante todo o exposto, tem-se que processo teve um valor final total de R\$ 611.825,39 (seiscentos e onze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos), portanto, abaixo do valor de referência, qual seja, R\$ 1.191.352,97 (um milhão, cento e noventa e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos), o que demonstra um resultado de acordo com o interesse público e os princípios licitatórios.

04. CONCLUSÃO.

34. Sendo assim, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela **HOMOLOGAÇÃO** pela autoridade competente, após manifestação da Controladoria Interna do Município, para que haja a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

35. Retornem os autos ao Pregoeiro.

36. Viseu/PA, 16 de agosto de 2023.

Procurador Geral do Município de Viseu-PA
Agérico H. Vasconcelos dos Santos
Decreto nº. 13/2023